



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

A AGENDA TEÓRICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Jéssila dos Santos Belo¹

Katiane Moraes da Silva²

Renata Silva de Assis Gomes³

Seltom Wesley Almeida Guedes⁴

Sheyla Marina Santos de Barros⁵

Clarissa Tenório Maranhão Raposo⁶

Resumo: Este trabalho consiste numa análise acerca do processo de construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Sua elaboração dá-se inicialmente no período ditatorial e se prolonga até os dias atuais. Portanto, faz-se uma análise do contexto histórico-político do Brasil diante do cenário de crise do capital e da implementação do projeto neoliberal, no que diz respeito aos direitos sociais.

Palavras-chave: Agenda Teórico-Política; Serviço Social e Conjuntura, Projeto Ético-Político Crítico.

Abstract: This study consists of an analysis about the process of construction of Projeto Ético-Político (Ethical-Political Project) of Social Work. Its elaboration takes place initially in the dictatorial period and continues until the present days.

Therefore, an analysis of the historical-political context of Brazil in the face of the crisis of capital and the implementation of the neoliberal project is made, with regard to social rights.

Keywords: Theoretic-Political Agenda, Social Work and Conjuncture, Critical Ethical-Political Project.

Introdução

A atual conjuntura política, econômica e social brasileira, reflete que a realidade sócio-ocupacional da/o assistente social nas políticas compreendidas ao Serviço Social, apresenta inúmeros obstáculos à profissão tal como para consolidação do Projeto Ético-Político Profissional. Dessa forma, tais desafios contemporâneos refletem que a autonomia da qual os profissionais dispõem dentro desses espaços, está ameaçada; além do que, contrasta com a tentativa de articular os limites e imposições institucionais postos à

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Alagoas, E-mail: renata.assis.silva@hotmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal de Alagoas, E-mail: renata.assis.silva@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Alagoas, E-mail: renata.assis.silva@hotmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Alagoas, E-mail: renata.assis.silva@hotmail.com.

⁵ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Alagoas, E-mail: renata.assis.silva@hotmail.com.

⁶ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, E-mail: renata.assis.silva@hotmail.com.

categoria profissional no uso de suas competências e atribuições nos mais diversos locais de atuação.

Para tanto, objetivamos, no decorrer deste trabalho, provocar uma reflexão acerca do percurso histórico de construção do Projeto Ético-Político, permeando sua elaboração, sobretudo considerando-o como uma grande conquista para o Serviço Social brasileiro, tanto quanto as análises e repercussões a partir do contexto de crise estrutural do capital. Ademais, com base no contexto histórico-político do Brasil, faz-se uma análise a respeito da implementação do modelo neoliberal e de sua consolidação no que diz respeito às políticas sociais, sobretudo os direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora.

À vista disso, adentramos nos significados e contradições que surgem para a profissão a partir da entrada dos anos 2000, especialmente como consequência da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), nas eleições presidenciais bem como das implicações de sua política governamental para o país. As tendências que serão tratadas mais adiante e, que foram provenientes deste cenário no qual o país vivia, apresentam inúmeros rebatimentos para a classe trabalhadora similarmente ao Serviço Social, uma vez que a necessidade da busca pela constante afirmação da dimensão teórica da profissão é disputada em meio ao imediatismo do cotidiano profissional.

Nesse sentido, o aporte teórico se torna indispensável para a compreensão das determinações presentes na realidade social em sua totalidade. A partir dessa perspectiva, as bases legais da profissão se mostram componentes fundamentais para a implementação do Projeto Profissional crítico, ainda que este seja marcado pelo conservadorismo ainda presente; sobretudo porque a violação do trabalho com autonomia profissional, com vistas às garantias técnicas e éticas nos espaços de atuação da profissão, se torna uma constante nos dias de hoje. Por esse ângulo, os tempos atuais trazem a exigência para o Serviço Social, mais do que nunca, de um aprofundamento teórico, principalmente político, tendo em vista a direção sócio-política do projeto profissional mediante uma perspectiva de enfrentamento às barreiras impostas ao acesso e à manutenção dos direitos da classe trabalhadora.

Desenvolvimento

É sabido que a construção do Projeto Ético-Político (PEP) se dá no período pós-ditatorial, ou seja, numa conjuntura que impulsionava a categoria a repensar o fazer profissional. Assim sendo, de acordo com Mota e Amaral (2009, p. 53),

Embora a denominação – Projeto Ético-Político Profissional – seja datada dos anos 90 do século passado, o seu sentido, do ideário da profissão, é identificado a partir dos anos 70, em algumas proposições do movimento de reconceituação e, de forma

emblemática, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, quando a categoria, numa atitude de rebeldia política, declara sua organicidade aos interesses e projetos da classe trabalhadora, afirmando a dimensão política da profissão, então obscurecida pelo tecnicismo-desenvolvimentista vigente nos governos da ditadura militar.

Apesar de todos os prejuízos que o período ditatorial trouxe para a sociedade brasileira, para o Serviço Social, foi um período de renovação no âmbito da profissão. As lutas sindicais que exigiam o fim da ditadura constituíram-se num forte movimento político-organizativo da profissão, de tal modo que a partir desta organização em encontros anuais, assim como na inserção do Serviço Social no ambiente acadêmico (cursos de pós-graduação), surgiu a nova direção política do PEP.

Em nível mundial, neste período iniciava-se um processo de crise, diferente das que até então o capital tinha enfrentado – esta crise afeta todas as estruturas do sistema em nível social, político, econômico, cultural, etc. –, Mészáros (2011) caracteriza esta crise como estrutural⁷ e, segundo o autor, inicia-se a partir da década de 1970, ademais, os efeitos dessa crise se expressam em cada país de maneira distinta, tendo em vista a sua singularidade.

No Brasil, a passagem dos anos 1980 a 1990 significou um período de contradições e interesses antagônicos, ao mesmo tempo em que vivenciávamos um avanço no sentido de fortalecimento da organização política do país, mediante a redemocratização depois de um longo período ditatorial e a conquista da constituição de 1988, entrava em cena uma grande ofensiva neoliberal.

A conjuntura política brasileira é totalmente influenciada e impactada pelo cenário de crise internacional do capital. No Brasil, as consequências dessa crise começaram a se intensificar a partir da década de 1990, devido ao aguçamento das medidas neoliberais, que atingiram fortemente as políticas sociais bem como os direitos sociais conquistados até então. À vista disso, o neoliberalismo foi implantado no Brasil, no governo de Fernando Collor de Mello, e teve seu ideário consolidado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). De acordo com Braz,

No governo Fernando Henrique Cardoso, presenciamos um comprometimento orçamentário fortemente dirigido ao capital financeiro: os gastos com encargos, juros e amortização de dívidas financeiras abocanham quase toda a disponibilidade orçamentária para investimentos do Estado brasileiro, cerca de 35% do PIB (BRAZ, 2004, p. 53).

⁷Segundo Mészáros (2011) “expansionista, destrutivo e, no limite, incontrolável, o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, como um *depressedcontinuum*, como uma crise cumulativa, crônica e permanente, com a perspectiva de uma ‘crise estrutural cada vez mais profunda’, ao contrário da sua conformação anterior, cíclica, que alternava fases de desenvolvimento produtivo com momentos de ‘tempestade’.” (p. 18).

A entrada nos anos 2000, mais precisamente as eleições de 2003, trouxe um grande significado para a classe trabalhadora, considerando que pela primeira vez na história do país, um representante dos trabalhadores chegava ao poder. A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva só foi possível a partir de um nível ampliado de articulação política que envolveu os mais distintos estratos da classe trabalhadora em torno de um projeto. Não obstante, este projeto sempre esteve longe de propor uma transição revolucionária ao socialismo, tampouco expressava em sua gênese uma reprodução acrítica ou uma mera conservação dos mecanismos políticos e econômicos que dão sustentação ao capitalismo no Brasil (BRAZ, 2004, p. 49-50).

Outrossim, muito contraditoriamente, o governo Lula não conseguiu sustentar sua proposta de governo, uma vez que houve uma continuidade dos interesses da ordem dominante absolutamente servil ao grande capital internacional. Desta forma, a partir de uma política de conciliação de classes assumida pelo partido petista, seguiram-se os ataques aos direitos sociais da classe trabalhadora; o Estado continuou sendo cada vez mais mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, a *“pretensa era Lula transformou-se em mais um capítulo da era FHC”* (OLIVEIRA apud BRAZ, 2004, p. 59). Destarte, são as expressões da conjuntura política e social que surgem como desafios para a categoria profissional. Segundo Mota e Amaral (2009, p. 55),

Aqui nos referimos à dinâmica da acumulação com a irrefutável expansão do capital financeiro, a capitalização de serviços sociais, o crescimento da pobreza frente às limitações das políticas sociais, a (des)responsabilização do Estado, a fetichização da sociedade civil, associadas à emergência do pensamento neoliberal, da ‘pós-modernidade’, além da fragmentação das lutas sociais e da crise dos referenciais políticos de esquerda.

Desta forma, nota-se que com o agravamento da crise, acentuam-se as expressões da *“questão social”*⁸, tanto em nível nacional quanto mundial. Tendo em vista que este contexto de ameaças às políticas sociais, as condições de trabalho dos assistentes sociais também são fortemente impactadas, pois, diante do profundo acirramento das medidas neoliberais, as relações de trabalho propostas pelo projeto ético-político da profissão são constantemente postas em xeque.

Segundo Braz (2004), as consequências deste cenário ao projeto profissional do Serviço Social podem ser pensadas a partir de suas dimensões constituintes. Os rebatimentos começam na formação acadêmica e profissional da/o assistente social, visto que a dimensão teórica é vastamente atingida por intermédio da redução do Estado nos

⁸Segundo Yamamoto: “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia (...)” (IAMAMOTO apud NETTO, 2007, p.17).

financiamentos públicos de pesquisa tal como da educação de modo geral, as quais degradam inclusive as condições de trabalho dos docentes.

Além disso, já na dimensão jurídico-política do projeto ético-político refere-se às alterações no sentido de flexibilizar as relações trabalhistas e de desregularizar as profissões. Sugerem tendências de refuncionalização da divisão sociotécnica do trabalho, uma vez que atendem às necessidades reais e concretas do capital, apresentando-se como demandas à profissão. Com relação à *“dimensão político-organizativa do projeto ético-político, as características antidemocráticas da fase atual do capital incidem sobre a organização política dos trabalhadores”*(BRAZ, 2004, p. 62), posto que a lógica neoliberal requer para seu pleno desenvolvimento um cenário político que não questione o seu ideário.

O referido autor acrescenta que a sustentação ideológica das políticas neoliberais pressupõe a dissolução de dissensos em torno dos objetivos principais do chamado Consenso de Washington, destacando-se a necessidade de fragilizar as organizações políticas da classe trabalhadora (BRAZ, 2004, p. 62-63). Por conseguinte, a realidade está sempre exigindo que os assistentes sociais, conforme o compromisso assumido no Código de Ética de 1993, se posicionem em defesa da classe trabalhadora. Assim, para Mota e Amaral (2009, p. 56),

Atentos aos limites de uma ação político-profissional, consideramos que o Serviço Social brasileiro, diferentemente de outros países latino-americanos, não se restringiu ao atendimento das demandas prático-operativas, mas, sem negá-los, avança em tempos de crise, construindo referências teórico-metodológicas que abordam a complexa relação entre a luta pela emancipação política e o horizonte da emancipação humana.

Desde então, o projeto político da profissão vem se fortalecendo enquanto expressão da cultura profissional. A categoria assume uma perspectiva de classe, e sua produção tal como os documentos que a norteiam passam a ser neste sentido. Logo, o projeto profissional apreendido como processo de ruptura com o conservadorismo, tendo por base a tradição marxista, vincula-se ao projeto societário emancipatório *“ancorado em instrumentos jurídicos, expressão das referências teórico-metodológicas e ético-políticas, que sustentam a direção sociopolítica do projeto de formação e exercício profissional que se encontra alicerçado nas determinações sócio-históricas da realidade”*. (ABRAMIDES, 2007, p. 36).

As bases legais que orientam institucionalmente a profissão, a saber, o Código de Ética Profissional de 1993, A Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996, possibilitam o desenvolvimento progressivo do projeto político da profissão no plano teórico, ético e ideopolítico. Vale destacar que o projeto profissional não

se constitui de maneira linear, assim, a unidade teórico-metodológica e ético-política profissional, apresenta distintas interpretações, o que é denominado como pluralismo⁹.

Conquanto, apesar da hegemonia deste projeto profissional na categoria, o conservadorismo não foi instinto da profissão, tendo em vista que ele sempre esteve presente na reprodução social do capital e é necessário para conservação da sociedade capitalista. Deste modo, o pensamento conservador sempre coexistiu com a intenção de ruptura no interior da profissão, sobretudo porque ele *“se materializa nas relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador”*. (BOSCHETTI, 2015). Boschetti (2015) afirma que o conservadorismo nunca deixou de constituir a profissão e que no tempo presente vem se reatualizando e se fortalecendo por algumas determinações societárias, como a crise do capital que impõe uma política econômica de recessão, de Estado mínimo, que retoma valores morais, políticas e medidas conservadoras.

Desta forma, os inúmeros desafios que estão sendo postos à implementação do projeto profissional crítico, exigem dos profissionais de Serviço Social um esforço contínuo de atualização do conhecimento do cenário político, econômico e social, afim de que sua intervenção não seja imediatista, sem uma reflexão da totalidade da realidade social. Dito de outra maneira, para enfrentar tais desafios, precisa-se, mais do que nunca, apreender as situações concretas do cotidiano profissional, buscando-se sua compreensão no contexto da totalidade, para tanto, é necessário o constante aprimoramento intelectual, político e ético, na direção das balizas assinaladas na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei no 8.662/93) e no Código de Ética de 1993, até então em vigor.

Considerações Finais

Com base no que foi apresentado, notamos que o projeto ético-político profissional foi gestado em um período de efervescência das lutas sociais em que a categoria profissional se insere nos movimentos sociais, assumindo um compromisso com a classe trabalhadora, logo, o movimento organizativo-político da profissão, a realização de encontros anuais e a inserção do Serviço Social no âmbito acadêmico lhe dão um novo direcionamento político.

Entretanto, frente ao contexto mundial e nacional de crise do capital e suas respostas, e os consequentes ataques aos direitos sociais e trabalhistas, diversos desafios são postos à implementação do PEP. Desta forma, faz-se necessário a busca pelo

⁹ Como Abramides (2007, p. 39) expõe, “o pluralismo pode ser compreendido como um fenômeno social e político (teoria política) e como elemento na construção do conhecimento”. Ele se distingue do ecletismo, que na tentativa de conciliar opiniões inconciliáveis tem uma adoção ingênua de discursos teóricos os mais diversos possíveis sem apropriação crítica.

aprimoramento intelectual a fim de desnudar a realidade social e conhecer a sua totalidade, para que a prática profissional esteja em consonância com os princípios norteadores do projeto ético-político da profissão. Ademais, é preciso um posicionamento político dos assistentes sociais para expressar a luta pela democracia e em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Desta maneira, expõe-se a necessidade de ampliação dos debates acerca do PEP, a fim de que assistentes sociais, professores e estudantes de Serviço Social, possam criar estratégias para o fortalecimento do projeto ético-político crítico frente ao conservadorismo que acomete a profissão e é inerente a sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. **Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo**. In: Revista Serviço Social e Sociedade Nº 91, ano XXVIII, ed. Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 637-651, out. /dez. 2015.

BRAZ, Marcelo. **O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social**. In: Revista Serviço Social e Sociedade Nº 78, ano XXV, ed. Cortez, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. **Profissão: projeto profissional e projeto societário**. In: Revista Inscrita. CFESS. Brasília: 2009.

NETTO, José Paulo, 1947. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.